



CÂMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

CASA VICENTE MENDES

Emenda Aditiva nº ao Projeto de Lei nº 799/2023.

Ementa: Dispõe sobre a adição do Parágrafo Único ao artigo 10, do inciso VIII ao artigo 12, do Parágrafo Único ao artigo 12 e do art. 12-A ao Projeto de Lei nº 799/2023 em tramitação na Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho.

Art. 1º. Adicionar o Parágrafo Único ao artigo 10 do Projeto de Lei nº 799/2023:

“Art. 10 (...)

Parágrafo Único – Os valores recebidos em razão da Taxa de Legalização e Aceite-se e da Multa serão integralmente destinados à implantação de estrutura e melhorias dos serviços de Controle Urbano do Município, através do Fundo de Desenvolvimento Territorial e ambiental.

Art. 2º. Adicionar o inciso VIII ao artigo 12 do Projeto de Lei nº 799/2023:

Art. 12 (...)

VIII – Contrato particular de compra e venda, Contrato de cessão de direitos e obrigações ou qualquer outro documento que demonstre a posse, propriedade ou detenção do imóvel do requerente.

Art. 3º. Adicionar o Parágrafo Único ao artigo 12 do Projeto de Lei nº 799/2023:

Parágrafo Único – Todos os documentos apresentados pelo requerente deverão ser declarados autênticos por meio de termo escrito, sob pena da responsabilização civil e criminal.

Art. 4º. Adicionar o artigo 12-A do Projeto de Lei nº 799/2023:

Art. 12-A Sendo a propriedade adquirida por meio de herança, o requerente deverá apresentar declaração de anuência dos demais herdeiros, no caso de renúncia da herança.



CÂMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

CASA VICENTE MENDES

Justificativa

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 799/2023 tem por finalidade aprimorar a legalização das edificações no nosso Município.

A arrecadação das Taxas de Legalização e de Aceite-se deverão ser destinadas à melhoria do Controle Urbano por meio do Fundo de Desenvolvimento Territorial e ambiental do Município do Cabo de Santo Agostinho.

Além disso, muitas das habitações que poderão ser beneficiadas pelo Projeto de Lei nº 799/2023 possuem documentações escassas. Desse modo, resta necessária que a comprovação da propriedade, posse e domínio sejam ou qualquer outro documento que comprove a característica de possuidor do imóvel.

Desse modo solicito aos meus ilustres pares a aprovação da presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 799/2023.

Sala de Sessões, em 26 de julho de 2023.

José Feliciano de Barros Júnior
Vereador – PSB